



# Toga bonapartista

**STF** A prepotência de Joaquim Barbosa expõe o Supremo Tribunal e solapa conceitos fundamentais da Justiça

POR CYNARA MENEZES

**“Não há semideuses no STF”, diz o ministro Marco Aurélio Mello. “A tônica do colegiado é a divergência”**

**N**A QUARTA-FEIRA 21, após dias sob críticas até de quem o alçou ao posto de herói nacional, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, aceitou o desagravo de colegas ao ministro Ricardo Lewandowski, mas se recusou a fazer o que as boas maneiras recomendam: pedir desculpas por suas grosserias da semana anterior.

Ao acusar Lewandowski na sessão da quinta 15 de praticar chicana, uma manobra protelatória de interesse dos réus, Barbosa ultrapassou um rubicão que não só expôs o tribunal como atingiu uma regra basilar da Justiça, o direito à divergência. Em público e nos bastidores, ministros da Corte defenderam a necessidade de o presidente do STF ter o mínimo de controle para tolerar o contraditório, principalmente pelo fato de, oito meses depois do julgamento do chamado “mensalão”, começarem a surgir falhas no relatório de Barbosa aprovado quase integralmente em dezembro último.

Uma dessas falhas provocou a agressão contra Lewandowski. Por um erro cronológico, o ex-deputado Bispo Rodrigues foi condenado por corrupção passiva baseado em uma lei mais severa, posterior ao crime praticado. O embargo de declaração impetrado pelos advogados de Rodrigues acabou rejeitado pela maioria, mas a existência do erro, exposta por Lewandowski, ficou explícita no voto de um dos ministros novatos, Luís Roberto Barroso. “Estou impressionado e acho que há de fato um problema”, disse Barroso, que, apesar de apontar o erro, rejeitou o embargo por não querer interferir em um julgamento

que consumiu tanta energia do plenário. Alguém poderia se perguntar: se não deseja interferir em um ponto que considera um erro, por que Barroso aceitou a indicação para o STF?

Erro semelhante teria ocorrido em uma das condenações do ex-ministro José Dirceu. Quando o petista acertou o repasse de 20 milhões de reais ao PTB, valia a antiga lei. Barbosa convenceu, porém, os colegas de que o acordo ocorreu em dezembro de 2003, ou seja, depois da promulgação da legislação mais dura. Detalhe: Dirceu negociou o repasse com o então presidente da legenda, José Carlos Martinez. No período em que a nova lei entrou em vigor, Martinez estava morto. “Isso é muito grave. Prefiro acreditar em um erro processual, que o ministro não agiu de má-fé, pois seria até caso de *impeachment*”, comenta Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, advogado do publicitário Duda Mendonça, absolvido no julgamento.

---

**O ministro revela-se particularmente atrabiliário no “mensalão”. Por que tanta pressa?**

“Isso é natural, não há semideuses no Supremo. Somos todos seres humanos e passíveis de falhas”, minimizou Marco Aurélio Mello, embora tenha votado a favor do embargo impetrado por Bispo Rodrigues. O ministro não oculta sua insatisfação com a condução dos trabalhos por Barbosa. “Somos iguais, ombreamos, é a tônica do colegiado a divergência. Quando as discussões descambam para o lado pessoal, é um constrangimento para os demais, é péssimo para o Supremo e para o Brasil”, advertiu. “Costumo dizer que o presidente do STF é um coordenador, o algodão entre cristais. Ele acaba por dar o tom das sessões, da compreensão das ideias. Tem sido esse o papel do presidente.”

**Em agosto** do ano passado, após o primeiro conflito entre Barbosa e Lewandowski, Mello havia demonstrado publicamente sua preocupação com a “falta de urbanidade” do relator e se perguntado como seria sua presidência. Comenta-se no STF que Gilmar Mendes, acusado por Barbosa de possuir “capangas” em uma discussão acalorada em plenário quando presidia a Corte, em 2009, e o próprio Mello são os mais incomodados com a personalidade explosiva do colega. Em outro “barraco”, Mello chegou a chamar Barbosa para as vias de fato. O clima de *telecatch* foi abafado por outros ministros.

O estilo “sem firulas, sem rodeios, sem rapapés” de Barbosa, como ele próprio definiu no discurso de posse, tem incomodado atuais e ex-integrantes do STF. Até mesmo a falta de cordialidade em situações comezinhas causaria irritação em alguns ministros, como o fato de o presidente da Corte não ter o hábito de se despedir do interlocutor antes de desligar o telefone. Mas, a bem da verdade, desde que assumiu o posto, em novembro do ano passado, a impaciência

---

**Falta de elegância.** O presidente do STF recusou até as leis das boas maneiras ao não se desculpar

com os colegas não tem sido uma constante diante das câmeras da TV Justiça. Só no "mensalão".

Na quarta 21, Barbosa negou impedir os colegas de divergir. "Longe de mim a vontade de cercear a livre expressão de qualquer membro desta Corte. A minha deliberação é no sentido de evitar maiores delongas, sobretudo na conclusão deste processo, que é de extremo interesse da sociedade brasileira." Mas a pressa em acelerar o julgamento também é alvo de críticas. Na retomada da análise dos embargos, Lewandowski fez questão de lembrar: "Presidente, nós estamos com pressa de quê? Nós queremos fazer justiça".

Há quem atribua os ânimos exaltados de Barbosa ao temor de os colegas aceitarem julgar os embargos infringentes, contra sua posição. Se o Supremo votar pela aceitação dos embargos, deverão ser nomeados outro relator e outro revisor. Trata-se praticamente de um novo julgamento, o que empurraria o desfecho do caso para um futuro distante, certamente para depois das eleições de 2014 e não antes do fim do mandato do ministro no comando do STF. Por ora, ninguém é capaz de arriscar um palpite a respeito.

**A maior pressão** no momento, comenta-se nos corredores do tribunal, é exercida sobre Celso de Mello. O decaíno manifestou-se em outras ocasiões a favor da aceitação dos embargos infringentes, mas os defensores da conclusão imediata do processo, dentro e fora da Corte, querem convencê-lo a mudar de posição. Baseiam-se em uma mudança das normas de 1990 que não preveem os tais recursos, embora a mesma legislação tampouco mencione os embargos de declaração e os agravos regimentais e estes continuem a ser utilizados.

A ex-ministra Ellen Gracie, cada vez mais próxima dos tucanos, chegou a publicar no jornal *Correio Braziliense* um



## Barbosa nega ter pretensões eleitorais. Mas continua a ser testado nas pesquisas

artigo contra a aplicação dos embargos infringentes. Se aceitos, os recursos poderiam resultar em penas menores para alguns réus condenados em votações com placar apertado. Um dos possíveis beneficiados seria Dirceu, que teria chance de passar ao regime semiaberto, daí a histeria contra as medidas. Aceitar os embargos infringentes seria uma chance, porém, de atenuar as críticas ao fato de o STF não ter aplicado um duplo grau de jurisdição no processo.

A pressa de Barbosa em concluir o julgamento é atribuída ainda a seu suposto

**Razão.** Lewandowski ao colega: "Presidente, nós estamos com pressa de quê? Queremos fazer justiça"

interesse eleitoral. Em entrevistas, o ministro sempre desmentiu a intenção de se candidatar à Presidência. No fim do mês, disse que o Brasil "não está preparado" para um presidente negro. Mas seu nome continua a ser testado nas pesquisas. No último Datafolha, ele aparece com 11% das intenções de voto, quase o dobro do percentual do governador de Pernambuco, Eduardo Campos. O ministro foi ou não picado pela mosca da política? O tempo dirá.

Nesse particular, Barbosa não tem razão alguma para açodamento. Juizes e militares são beneficiados por um dispositivo da legislação eleitoral e só precisam se filiar a algum partido político seis meses antes da eleição. Para os demais cidadãos, o prazo é de um ano. O ministro tem até abril de 2014 para assistir à evolução de seu nome nas pesquisas e só então decidir se vai se lançar ou não à Presidência. Ser o candidato que colocou "corruptos" na cadeia seria um slogan valioso. •